

**EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.555.564 - RS
(2015/0231914-2)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGADO : SIND COM ATAC DE GENEROS ALIMENTICIOS DE PORTO ALEGRE
EMBARGADO : SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DE MADEIRAS DE PA
EMBARGADO : SINDICATO DO COM ATAC DE AL E BEB EM GERAL NO EST RS
EMBARGADO : SIND COM ATAC DE TECIDOS VESTUARIO E ARMARINHO DE PA
EMBARGADO : SIND COM ATAC DE PRODUTOS QUIM P IND LAV E DROG MED P A
EMBARGADO : SIND COM ATAC DE LOUCAS TINTAS E FERRAGENS DE P ALEGRE
ADVOGADO : RAFAEL PANDOLFO - RS039171

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de divergência interpostos pela Fazenda Nacional contra acórdão da Primeira Turma assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO COLETIVO. AJUIZAMENTO POR SINDICATO, NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTO PROCESSUAL. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES

1. "Impõe-se interpretar o art. 2º-A da Lei n. 9.494/97 em harmonia com as demais normas que disciplinam a matéria, de modo que os efeitos da sentença coletiva, no casos em que a entidade sindical atua com substituta processual, não estão adstritos aos filiados à entidade sindical à época do oferecimento da ação coletiva, ou limitada a sua abrangência ao âmbito territorial da jurisdição do órgão prolator da decisão, salvo se houver restrição expressa no título executivo judicial" (AgInt no REsp 1614030/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, julgado em 11/2/2019, DJe 13/2/2019).
2. Agravo interno não provido.

A embargante sustenta divergência com paradigma desta Segunda Turma:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO

Superior Tribunal de Justiça

CPC NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. LIMITAÇÃO TEMPORAL E TERRITORIAL. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ.

1. Não há falar em omissão no julgado apta a revelar a infringência ao art. 535 do CPC/1973. O Tribunal *a quo* decidiu a lide fundamentando de forma esmerada todos os pontos essenciais.

2. Em recurso especial, não é possível rever os critérios adotados pelo julgador na fixação dos honorários advocatícios, por importar o reexame de matéria fático-probatória. A incidência da Súmula 7/STJ somente pode ser afastada quando o valor fixado for exorbitante ou irrisório, o que não ocorre no caso dos autos.

3. Esta Corte de Justiça possui o entendimento de que "a sentença civil proferida em ação de caráter coletivo ajuizada por entidade associativa ou sindicato, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados ou da categoria, atinge somente os substituídos que possuam, na data do ajuizamento da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator, conforme o disposto no art. 2º-A da Lei 9.494/97" (REsp 1.657.506/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/6/2017). Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 695.507/RS, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 15/10/2018)

Como pontua a insurgente: "Observa-se que, enquanto o acórdão embargado entende que a eficácia da sentença não está circunscrita a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses meta individuais postos em juízo -, o paradigma entende que sentença civil proferida em ação de caráter coletivo ajuizada por entidade associativa ou sindicato, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados ou da categoria, atinge somente os substituídos que possuam, na data do ajuizamento da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator, conforme o disposto no art. 2º-A da Lei 9.494/97".

Demonstrada, em princípio, a divergência, admito os embargos.

Vista à parte embargada para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo acima, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Após, retornem conclusos, com brevidade.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

